



ACÓRDÃO Nº632/ 2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 11616/2016.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual
- 3- **Advogado:** Não Possui
- 4- **Órgão:** Serviço de Pronto Atendimento Coroado - SPA COROADO
- 5- **Exercício:** 2015
- 6- **Responsável:** Maria da Conceição Carneiro Barbosa (Ordenador de Despesa), Mercedes Gomes de Oliveira (Ordenador de Despesa)
- 7- **Unidade Técnica:** DICAD/AM
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 1652/2018-DMP, Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Serviço de Pronto Atendimento Coroado - SPA COROADO. Exercício de 2015.

Irregularidade. Alcance. Multa. Recomendação.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, em consonância com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar irregular** a Prestação de Contas do Serviço de Pronto Atendimento Coroado - SPA Coroado, exercício de 2015, sob a responsabilidade da **Sra. Maria da Conceição Carneiro Barbosa**, Diretora e Ordenadora de despesas no período de **01/01 a 30/09/2015**, nos termos do art. 19, inciso II e art. 22, inciso III, alínea “b”, da Lei Orgânica deste Tribunal de Contas nº 2.423/96 c/c o art. 11, inc. III, alínea “a”, item 3, da Resolução nº 04, de 23.05.2002;
- 10.2. **Considerar em Alcance** a **Sra. Maria da Conceição Carneiro Barbosa**, Diretora e Ordenadora de despesas do SPA Coroado, no período de 01/01 a 30/09/2015, no valor de **R\$ 1.519.891,87** (um milhão, quinhentos e dezenove mil, oitocentos e noventa e um reais e oitenta e sete centavos), em razão dos valores que decorreram de dispensa de licitação e fragmentação de despesas contrários à legislação, itens 2.1 e 2.2, da fundamentação do Voto, que devem ser



ACÓRDÃO Nº632/ 2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO

recolhidos na esfera Estadual para o órgão Secretaria de Estado da Fazenda – SEFAZ **no prazo de 30 dias**, ficando a DICREX autorizada, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM;

- 10.3. Aplicar Multa à Sra. Maria da Conceição Carneiro Barbosa**, Diretora e Ordenadora de despesas do SPA Coroado, no período de 01/01 a 30/09/2015, no valor de **R\$ 17.536,50** (dezessete mil, quinhentos e trinta e seis reais e cinquenta centavos), com fulcro no art. 54, II, da Lei nº 2.423/96 c/c o art. 308, VI da Resolução nº 04/2002, alterada pela Resolução nº 25/2012-TCE/AM, pelos atos praticados com grave infração de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, constante nos itens 2.1, 2.2, 2.3 e 2.4, da fundamentação do voto, que deverá ser recolhida **no prazo de 30 dias** para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Secretaria de Estado da Fazenda – SEFAZ. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo.
- 10.4. Julgar irregular** a Prestação de Contas do Serviço de Pronto Atendimento Coroado – SPA Coroado, exercício de 2015, sob a responsabilidade da **Sra. Mercedes Gomes de Oliveira**, Diretora e Ordenadora de despesas no período de 01/12/2015 a 31/12/2015, nos termos do art. 19, inciso II e art. 22, inciso III, alínea "b", da Lei Orgânica deste Tribunal de Contas nº 2.423/96 c/c o art. 11, inc. III, alínea "a", item 3, da Resolução nº 04, de 23.05.2002;
- 10.5. Considerar em Alcance a Sra. Mercedes Gomes de Oliveira**, Diretora e Ordenadora de despesas do SPA Coroado, no período de 01/12/2015 a 31/12/2015, no valor de **R\$ 328.184,24** (trezentos e vinte e oito mil, cento e oitenta e quatro reais e vinte e quatro centavos), em razão dos valores que decorreram de dispensa de licitação e fragmentação de despesas contrários à legislação, item 1.1, da fundamentação do Voto, que devem ser recolhidos na esfera Estadual para o órgão Secretaria de Estado da Fazenda – SEFAZ, **no prazo de 30 dias**, ficando a DICREX autorizada, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas



ACÓRDÃO Nº632/ 2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO

previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM;

- 10.6. Aplicar Multa à Sra. Mercedes Gomes de Oliveira**, Diretora e Ordenadora de despesas do SPA Coroadó, no período de 01/12/2005 a 31/12/2015, no valor de **R\$ 8.768,25** (oito mil, setecentos e sessenta e oito reais e vinte e cinco centavos), com fulcro no art. 54, II, da Lei nº 2.423/96 c/c o art. 308, VI da Resolução nº 04/2002, alterada pela Resolução nº 25/2012-TCE/AM, pelos atos praticados com grave infração de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, constante nos itens 1.1, 1.3 e 1.4, da fundamentação do voto, que deverá ser recolhida **no prazo de 30 dias** para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Secretaria de Estado da Fazenda – SEFAZ. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo.
- 10.7. Recomendar ao Serviço de Pronto Atendimento Coroadó - SPA Coroadó**, que nos exercícios vindouros seja adotado um melhor planejamento de suas ações, para que fatos como estes não voltem a acontecer, evitando a fragmentação de despesas;
- 10.8. Recomendar ao Serviço de Pronto Atendimento Coroadó - SPA Coroadó**, que observe com maior rigor os ditames da Lei nº 8.666/93, principalmente no que diz respeito ao artigo 24 e seus incisos;
- 10.9. Recomendar ao Serviço de Pronto Atendimento Coroadó - SPA Coroadó**, que adote medidas preventivas, com o devido controle de estoque, para fins de impedir a solução de continuidade da prestação de



ACÓRDÃO Nº632/ 2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO

vários dos serviços fornecidos pelo SPA em razão da falta de medicamentos e de instrumentos químico-cirúrgicos;

10.10 Recomendar ao Serviço de Pronto Atendimento Coroado - SPA Coroado, que desenvolva medidas alternativas para obtenção de medicamentos e de instrumentos cirúrgicos, a fim de não depender exclusivamente da CEMA, sugerindo-se, como exemplo, a celebração de convênios com o Ministério da Saúde para a concessão de subvenção social para aquisição desses materiais;

10.11 Recomendar ao Serviço de Pronto Atendimento Coroado - SPA Coroado, a imediata implantação do Portal de Transparência exclusivo do SPA Coroado.

10.12 Recomendar ao Serviço de Pronto Atendimento Coroado - SPA Coroado, que observe com estrito rigor os ditames da Lei Orgânica desta Corte de Contas nº 2423/96, principalmente no que diz respeito ao art. 10, inciso III.

11- Ata: 34ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 3 de Outubro de 2018

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Julio Cabral, Érico Xavier Desterro e Silva, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Mario Manoel Coelho de Mello e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).

14- Representante do Ministério Público: Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira-Presidente

Publicado no Diário Eletrônico
do TCE/AM,

Edição Nº _____

De ____/____/____



TRIBUNAL DE CONTAS
DIV. DE ACÓRDÃOS

Proc. Nº _____

Fls. Nº _____

Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

Pág. 5

ACÓRDÃO Nº632/ 2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JUNIOR

Conselheiro Relator

JOÃO BARROSO DE SOUZA

Procurador-Geral